

## Introdução

*Tem a arte, para nascer, que ser de um indivíduo;  
para não morrer, que ser como estranha a ele.*  
Athena, 1924

Tem feito tradição um relato cujo precursor foi João Gaspar Simões, em 1950, naquela que seria a primeira biografia de Pessoa, intitulada, com ambiguidade, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História de uma Geração*. Segundo esse relato, a vida de Pessoa corria o risco de ser completamente esquecida por ter passado praticamente despercebida. Para Simões, a história da consagração dos nomes de *Orpheu*, Sá-Carneiro, Almada e Pessoa seria também a história da apresentação da geração da *Presença*.<sup>1</sup> Nessa revista, jovens escritores davam-se a conhecer perante o público proclamando, entre outras coisas, a *descoberta* de um mestre ignoto. A leitura de Simões pressupõe claramente que quase ninguém teria lido as páginas publicadas por Pessoa antes de 1928 em revistas, livros, folhetos, jornais e folhas volantes, e nessa perspectiva exalta-se a importância da *Presença* e dos seus críticos e editores. Isto tornou-se mais explícito anos mais tarde, quando o mesmo Simões se referiu ao seu primeiro estudo acerca da obra de Pessoa, no livro *Temas*, enviado ao poeta em junho de 1929: “Como é que [Fernando Pessoa] encarou o atrevimento desse jovem que, quando ele (...) já pouco tinha a esperar da vida – morreria ignorado, como todos sabem, seis anos mais tarde – ousara profetizar-lhe uma glória imensa para vinte ou trinta anos depois?”.<sup>2</sup>

A imagem de Pessoa, figurada por Simões – embora talvez não de todo inexata –, é a do desamparo do autor perante a incompletude do projeto literário deixado. Esta visão implicaria uma inépcia ou um desleixo por parte do autor a respeito do seu *self-marketing* editorial, que justificava a direta intervenção dos legatários e, após a morte, a sua completa e legítima substituição. O crítico-editor passaria a ser, num sentido forte, autor do autor e estaria autorizado a reconhecer a parte mais autêntica – *sincera*, no vocabulário de Simões – da obra que se dispunha a entregar ao público em

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, veja-se o artigo de José Régio intitulado “Da geração modernista”, que contém o apêndice “Três nomes”, publicado na *Presença* a 8 de abril de 1927. Disponível online em [https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-1-5-s1\\_3/UCBG-RP-1-5-s1\\_3\\_master/UCBG-RP-1-5-s1/UCBG-RP-1-5-s1\\_item1/P17.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-1-5-s1_3/UCBG-RP-1-5-s1_3_master/UCBG-RP-1-5-s1/UCBG-RP-1-5-s1_item1/P17.html); consultado em setembro de 2020. Esta visão de imbricação entre o conhecimento da geração do *Orpheu* e o desenvolvimento da geração presencista também é objeto de comentário por parte de Adolfo Casais Monteiro em “O insincero verídico”, *A Poesia de Fernando Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 93.

<sup>2</sup> João Gaspar Simões, *Fernando Pessoa: retrato memória*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1989, p. 4.

*novas* edições, que substituiriam definitivamente tudo o que até esse momento tinha sido publicado pelo autor. Este movimento de substituição não é incompatível com a visão psicanalítica que Simões quis imprimir na obra pessoana: assim como o autor é inepto na hora de publicar, também o seria na hora de expressar o sentido autêntico dos seus textos, alcançando apenas meias palavras, para serem desvendadas pelo crítico.<sup>3</sup>

No entanto, um dos sintomas mais significativos do sucesso dessa usurpação do lugar da autoria por parte dos editores e intérpretes foi o progressivo esquecimento que o trabalho de autopublicação realizado pelo próprio Pessoa, enquanto editor de si mesmo, sofreu durante várias décadas. Muitos exegetas, ainda que não necessariamente simpatizantes de Simões, conduziram esse programa de usurpação a um exagero que torna incompreensível o interesse em elaborar uma biografia de quem, na realidade, seria uma personagem de uma escrita desautorada.<sup>4</sup> Uma variante de leitores, menos informada que os detentores desse espéculo crítico, atribui biografias espúrias ao poeta que condizem com as suas leituras pessoais de partes da obra, como fazem aqueles que confundem o *Livro do Desassossego* com uma autobiografia de Pessoa.

Em ambos os polos do espectro a debilitação da figura do autor muitas vezes traduz-se numa suposição infundada de inatividade, uma ausência total de reconhecimento do trabalho ou do esforço, de expectativa e frustração no processo de leitura da obra; ou na atribuição de uma estoica aptidão para o ineditismo, que roça muitas vezes a santificação do poeta como mártir da incompreensão e da indiferença. Mas a autobiografia que a escrita de Pessoa traçou em vida contradiz essas suposições. Um panorama completo da sua atividade editorial torna impossível afirmar que Pessoa fosse um autor completamente isolado, posto que fez parte de numerosas iniciativas coletivas; ou que fosse alheio às preocupações do seu tempo, dado que participou em diversas controvérsias que tiveram lugar em diferentes alturas da sua vida, algumas com consequências potencialmente perigosas, nas quais exibiu uma temeridade que não condiz com a suposta timidez que tão condescendentemente se lhe outorga.

---

<sup>3</sup> A posição assumida por Simões, e por outros críticos e editores, é satirizada por Mário Cesariny em 1989: “Coisa que poucos divos / Intentam penetrar: / O Antinoo o Epithalamium os Sonetos Ingleses e a Mensagem / Foram os únicos livros / Que me interessou publicar.”, cf. Cesariny, *O Virgem Negra: Fernando Pessoa explicado às criancinhas Naturais e Estrangeiras*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Assírio & Alvim, 2015, p. 22.

<sup>4</sup> Referimo-nos aqui às leituras de críticos como Octavio Paz, José Augusto Seabra, José Gil ou Leyla Perrone-Moises, que de maneira mais recalcitrante analisaram a dissolução do sujeito autoral na linguagem da obra pessoana.

Voltar a ler os textos de Pessoa remetendo-se aos contextos originais de publicação torna clara a plasticidade da sua expressão, ajustada a cada palco cuidadosamente selecionado. Pessoa criava contextos de publicação ou então media e calculava o que entregaria àqueles que solicitavam a sua colaboração e que nos últimos dez anos da sua vida começaram a ser numerosos. Se um texto acabado e pronto esperou dez anos para ser publicado, como foi o caso de alguns poemas de Ricardo Reis ou de Alberto Caeiro, terá sido porque o ato de publicar, o lugar no qual se publicava e o momento em que isso se fazia integravam, aos olhos de Pessoa, a enunciação do texto. Afinal de contas, a autobiografia que é a história editorial da obra pessoana anterior a 1935 torna impossível repetir a ideia que fez escola de que Pessoa publicou pouco, ou de que não tinha interesse em publicar.

O que uma revisão das edições pessoanas posteriores a 1935 corrobora é que durante algumas décadas a crítica e os leitores perderam de vista a dimensão do *corpus* original das publicações, deslumbrados pela publicação de quantiosos inéditos, sendo um fenómeno relativamente recente dos estudos pessoanos o regresso a esse *corpus* para tentar aferir com exatidão a dimensão desse campo de trabalho do poeta, que é, em última instância, a sua mais definitiva e contundente prova de existência. A obra publicada em vida, uma vez reunida na sua dispersão, constitui um monumento mortuário incontornável e vibrante, pelo que há nele de vestígios de uma vida. “Stop here our gently pass”, parece dizer a massa dos suportes que contêm os traços de uma autobiografia que é feita de factos e principalmente de um: o de ter vivido uma vida para a escrita.

Ao ter sido extremamente seletivo quanto ao momento, ao contexto e aos moldes de publicação dos textos que escolheu para este efeito (segundo o preceito enunciado em *Conselho*, o seu último poema publicado, “Cerca de grandes muros quem te sonhas. / Depois, onde é visível o jardim / Através do portão de grade dada, / Põe quantas flores são as mais risonhas, / Para que te conheçam só assim. / Onde ninguém o vir não ponhas nada.”),<sup>5</sup> o próprio poeta evidencia o papel decisivo exercido por estas publicações. Apresentando-se como peças de um puzzle por completar, dialogando necessariamente com os manuscritos do espólio, enquanto pontas criteriosamente polidas de um todo de que não se vislumbram os últimos contornos, estes textos devem ser o ponto de partida de qualquer leitura abrangente da obra. Os moldes em que o autor escolheu expô-los, tanto

---

<sup>5</sup> Publicado em *Sudoeste*, Cadernos de Almada Negreiros, novembro de 1935, pp. 5-6, disponível em [http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa\\_Conselho](http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Conselho) (consultado em setembro de 2020).

do ponto de vista do seu suporte bibliográfico quanto da cronologia ou do conjunto em que foram incluídos, são parte integrante do sentido que projetam e através do qual a restante obra deve ser lida.

No artigo que abre o caderno, Jorge Uribe apresenta uma lista completa, segundo as informações presentemente disponíveis, que têm vindo a ser recolhidas por vários investigadores e editores ao longo dos anos, das publicações de Fernando Pessoa realizadas entre 1912 e 1935, antecedida por uma lista comentada daquelas que foram mais recentemente identificadas. Este levantamento surge associado a considerações sobre a tradição editorial que se tem ocupado deste *corpus* e sobre a relevância do gesto de autopublicação pessoano, que contrasta com o vasto trabalho editorial desenvolvido postumamente. Encontrando-se a poesia publicada em vida, em jornais e revistas, entre 1914 e 1935, disponível na sua íntegra, juntamente com os fac-símiles dos originais, na *Edição Digital de Fernando Pessoa: Projetos e Publicações* (<http://www.pessoadigital.pt>), a prosa publicada em vida está presentemente a ser disponibilizada no mesmo portal, fazendo as duas listas também referência às publicações já incluídas nesta edição.

A propósito daquela que foi a principal publicação de género dramático em vida do poeta, a peça *O Marinheiro*, Flávio Rodrigo Penteadó situa-a no contexto do drama moderno e contemporâneo, mostrando como as suas características vão além de convenções simbolistas e de uma habitualmente assinalada influência da obra do dramaturgo Maurice Maeterlinck na sua composição. Partindo de categorias propostas para a análise do drama moderno, como a do “regime infradramático” ou a da criação de *suspense*, Penteadó examina particularidades do texto publicado em março de 1915 no primeiro número da revista *Orpheu*, aproximando-o de obras de Ibsen, Strindberg, Beckett ou Müller e abrindo novas perspectivas de leitura e compreensão da criação dramática pessoana na sua globalidade.

Em seguida, Rita Patrício apresenta uma reflexão sobre o modo como a veiculação de elementos biográficos na crítica literária se tornou o cerne de uma polémica entre Pessoa e Gaspar Simões – o seu primeiro crítico e, posteriormente, o seu primeiro biógrafo. Esta polémica é rastreada na correspondência do autor com os editores da *Presença*, entre 1929 e 1935, e nesse percurso evidencia-se que a posição de Pessoa não seria a da completa deslegitimação da exploração biográfica como parte de uma aproximação crítica – prática na qual ele próprio incorre em repetidas ocasiões, tanto a respeito de si como de outros autores –, mas sim a da retificação da maneira de o fazer.



Patrício sublinha ainda como os mecanismos de explicação da obra e de correção da crítica podem ser vistos como instâncias da projeção de uma figura autoral que, fixada em efeitos discursivos, tais como a ironia, tornam complexa e polivalente a questão da relação entre vida e obra nos estudos literários, em lugar de a dispensar ou resolver.

Colocando também o foco sobre a correspondência de Pessoa, uma das principais estudosas e editoras deste *corpus*, Manuela Parreira da Silva, aponta para os equívocos gerados pelo discurso epistolar enquanto forma híbrida que se movimenta entre o registo autobiográfico e o literário, não sendo muitas vezes possível destringir um do outro. Partindo de diversos exemplos da correspondência pessoana marcantes do ponto de vista de uma contaminação propositada entre os dois registos, o ensaio aponta para uma tensão permanente entre verdade e ficção, que implica a necessidade de ler esta correspondência com base numa detalhada contextualização e pesquisa de fontes. A carta é também, em Pessoa, o lugar de uma encenação do eu, parte integrante da literatura que o seu autor criou percorrendo os diferentes géneros literários.

Evidenciando igualmente a necessidade de, na leitura de textos pessoanos, ter em conta o contexto específico em que foram produzidos, Nuno Amado oferece uma análise detalhada de passagens que serviram de base a uma acusação feita ao poeta de que este teria sido racista e defensor do escravagismo – proferida em fevereiro de 2019, num artigo publicado no *Jornal de Angola* por Luzia Moniz, presidente da Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA). Desenvolvendo uma análise detalhada dos trechos em causa e apontando para as circunstâncias em que foram escritos, Amado coloca em causa a legitimidade desta acusação. A sua análise defende que as passagens citadas por quem elaborou esta acusação carecem de uma contextualização ampla, através da qual é possível perceber que não existe uma correspondência direta entre aquilo que afirmam e o pensamento do seu autor, tratando-se de exercícios argumentativos subordinados a determinados propósitos ou dependentes da personalidade de uma figura ficcional que assume a autoria do texto.

Em linha com estas considerações, Rui Sousa explora o *ethos* liberal de Pessoa perante questões de natureza epistemológica, reunindo passagens de textos em que o autor caracterizou a sua própria relação com o conhecimento ou a opinião com base num entendimento da escrita como livre exercício das capacidades analíticas. Examinando diversos aspetos deste entendimento, Sousa

encontra em Pessoa uma conversão de ideias de natureza científica em momentos de produção literária. Esta conversão permite ao autor criar uma distância entre a sua produção escrita e a subordinação a diretrizes ideológicas, transformando esses argumentos em *aspectos* de uma obra que o próprio definiu, em esboços de um prefácio sob este mesmo título, como *toda uma literatura*.

O presente número procura oferecer assim tanto ferramentas como reflexões específicas que permitam uma nova aferição da relação entre vida e obra no caso de Fernando Pessoa, contrariando a mitologia ainda preponderante do autor sem biografia, desinteressado do futuro da sua obra e, em última instância, ausente após a morte. Uma leitura que entende que a figuração de uma autoria, ou de várias, é parte integrante do tipo específico de literatura que Pessoa cultivou de forma paradigmática poderá então contribuir para a ligação dos estudos pessoanos a linhas atuais da crítica, para as quais as questões éticas e socio-históricas, assim como a análise das materialidades da obra literária, são focos primordiais da análise.

Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda

Universidad EAFIT e Universidade Nova de Lisboa